

DESPACHO

| | | | |
|---------------------|--|---------------|-------------------------------|
| EMISSOR | VICE-PRESIDENTE DO CD Dr. Paulo Salsa | NÚMERO | 7530/2022 VPCD_PS/297/2022 |
| | | DATA | 05-05-2022 |
| ASSUNTO | ÁREA DE REFÚGIO DE CAÇA DE CABEÇÃO | | |
| DISTRIBUIÇÃO | PORTAL ICNF | | |

A Mata Nacional de Cabeção foi classificada como Zona Especial de Conservação Cabeção (PTCON0029), considerando a relevância e interesse na conservação e proteção do património natural dos seus terrenos. Trata-se de uma área importante para as aves, especialmente pelo número e abundância de espécies de aves de rapina nidificantes, sendo avistadas com alguma regularidade durante todo ano indivíduos de Águia-de-bonelli (*Hieraetus fasciatus*), e no Inverno de Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), Tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), e Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), considerando-se toda a área da mata inserida num corredor ecológico.

Esta área possui igualmente, boas condições para dormida de pombos, verificando-se ainda a presença de perdizes, rolas e galinholas.

A área da mata esteve incluída numa reserva de caça criada por tempo indeterminado nos termos da Portaria n.º 1092/90 de 31 de outubro, que caducou com a revogação da Lei n.º 30/86 de 27 de agosto, encontrando-se a mesma atualmente em terreno não ordenado, pelo que para preservar o património cinegético e conservação dos outros valores naturais ali existentes, importa proceder á proibição da caça numa área delimitada.

Assim, cumpridos os preceitos legais e com fundamento no disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na atual redação e no uso das competências delegadas, determina-se:

1. É criada a área de refúgio de caça de Cabeção, sita na freguesia de Cabeção concelho de Mora, com uma área de 290 hectares e cujos limites são os constantes da cartografia anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante.
2. Nesta área de refúgio é proibido o exercício da caça, o qual só excecionalmente pode vir a ser autorizado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, aquando da existência de prejuízos causados em culturas agrícolas.
3. A área de refúgio será obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 7 e sinal do modelo n.º 9 definidos na Portaria n.º 1103/2000, de 23 de novembro, e de acordo com as condições aí estipuladas.
4. O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
5. Publique-se no portal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.



DESPACHO

EMISSOR

VICE-PRESIDENTE DO CD
Dr. Paulo Salsa

NÚMERO

7530/2022
VPCD_PS/297/2022

DATA

05-05-2022

O Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Paulo Salsa



DESPACHO

EMISSOR

VICE-PRESIDENTE DO CD
Dr. Paulo Salsa

NÚMERO

7530/2022
VPCD_PS/297/2022

DATA

05-05-2022

